

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Caixa Geral - Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de fevereiro de 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Building a better
working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de junho de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eduardo Wellichen', is written over the printed name and registration number.

Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2018	2017	PASSIVO	Nota	2018	2017
Circulante		1.814.501	1.215.741	Circulante		1.504.881	1.138.898
Disponibilidades	4	6.039	5.888	Depósitos	14.a	417.785	350.739
				Depósitos à vista		8.627	19.838
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	968.660	215.227	Depósitos a prazo		409.158	330.901
Aplicações em operações compromissadas		965.235	215.227				
Aplicações em depósitos interfinanceiros		3.425	-	Captações no Mercado Aberto	14.b	66.983	88.015
				Carteira própria		66.983	60.958
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		242.289	672.873	Carteira livre movimentação		-	27.057
Carteira própria	6.a	75.274	456.797				
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	23.832	9.878	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	148.334	128.948
Vinculados à prestação de garantias	6.a	119.540	14.136	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		18.165	29.457
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	23.643	192.062	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		86.036	93.373
				Obrigações por emissão de letras financeiras		44.133	6.118
Relações Interfinanceiras		267	584				
Créditos vinculados		265	196	Relações Interfinanceiras		9	-
Relações com correspondente		2	388	Recebimentos e pagamentos a liquidar		9	-
Operações de Crédito		120.350	82.779	Relações Interdependências		120	24
Operações de crédito		120.350	82.779	Recursos em trânsito de terceiros		120	24
Setor privado	9.c	133.040	88.952				
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(12.690)	(6.173)	Obrigações por Empréstimos e Repasses		484.394	282.128
				Repasses do país - Instituições oficiais	14.d	-	11
Outros Créditos		454.712	217.568	Finame		-	11
Créditos por avais e fianças honradas	9.c	12.993	31.068	Empréstimos no exterior	14.e	484.394	282.117
Carteira de câmbio	10	401.329	117.902				
Rendas a receber	12	777	665	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	30.517	179.479
Diversos	11	54.729	83.632	Instrumentos financeiros derivativos		30.517	179.479
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.d	(15.116)	(15.699)				
Outros Valores e Bens		22.184	20.822	Outras Obrigações		356.739	109.565
Bens não de uso	13	21.618	20.317	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15	198
Despesas antecipadas		566	505	Carteira de câmbio	10	318.637	26.697
				Sociais e estatutárias		5.398	6.780
Realizável a Longo Prazo		311.557	686.503	Fiscais e previdenciárias	15.a	23.770	66.922
				Negociação e intermediação de valores		4.533	2.955
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	11.069	-	Diversas	15.b	4.386	6.013
Aplicações em depósitos interfinanceiros		11.069	-				
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		133.444	415.137	Exigível a Longo Prazo		224.914	283.180
Carteira própria	6.a	21.829	142.133	Depósitos	14.a	40.525	165.320
Vinculados a compromissos de recompra	6.a	37.627	49.739	Depósitos a prazo		40.525	165.320
Vinculados à prestação de garantias	6.a	1.008	152.543				
Instrumentos financeiros derivativos	7.a	72.980	70.722	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	136.806	63.335
Operações de Crédito		113.119	239.004	Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário		2.520	-
Operações de crédito		113.119	239.004	Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		-	13.877
Setor privado	9.c	128.161	248.244	Obrigações por emissão de letras financeiras		134.286	49.458
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.d	(15.042)	(9.240)				
Outros Créditos		53.925	32.362	Obrigações por Empréstimos e Repasses		7.982	9.705
Carteira de câmbio	10	6.570	5.792	Repasses do país - Instituições oficiais	14.d	7.982	9.705
Diversos	11	62.881	28.886	BNDES		7.124	8.632
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.d	(15.526)	(2.316)	Finame		858	1.073
Permanente		2.528	2.935	Instrumentos Financeiros Derivativos	7.a	25.874	19.815
Investimentos		1	1	Instrumentos financeiros derivativos		25.874	19.815
Outros investimentos		3	3	Outras Obrigações		13.727	25.005
Provisão para perdas		(2)	(2)	Sociais e estatutárias		171	171
				Fiscais e previdenciárias	15.a	4.998	4.998
Imobilizado de Uso		2.393	2.628	Diversas	15.b	8.558	19.836
Outras imobilizações de uso		5.840	5.463	Resultado de Exercícios Futuros		372	444
Depreciações acumuladas		(3.447)	(2.835)	Rendas antecipadas		372	444
Intangível		134	306	Patrimônio Líquido		398.419	482.657
Outros ativos intangíveis		5.162	5.162	Capital social	18.a	400.000	400.000
Amortizações acumuladas		(5.028)	(4.856)	De domiciliados no exterior		400.000	400.000
				Reserva Legal		1.332	802
				Reserva Especial		3.728	14.444
				Ajuste ao valor de mercado - TVM		(6.641)	(2.693)
				Participação de Não Controladores		-	70.104
Total do Ativo		2.128.586	1.905.179	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.128.586	1.905.179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2018		2017
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da Intermediação Financeira		75.046	208.340	377.256
Operações de crédito		14.576	31.052	51.872
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		48.555	89.634	332.679
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e	6.171	56.589	(17.023)
Resultado de operações de câmbio		5.744	31.065	9.728
Despesas da Intermediação Financeira		(53.171)	(161.613)	(91.035)
Operações de captações no mercado		(25.325)	(50.712)	(78.441)
Operações de empréstimos e repasses		(14.679)	(85.955)	(19.532)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(13.167)	(24.946)	6.938
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		21.875	46.727	286.221
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(11.937)	(22.266)	(100.358)
Receitas de prestação de serviços	21	4.270	20.015	9.311
Despesas de pessoal		(13.927)	(25.988)	(29.580)
Outras despesas administrativas	22	(10.502)	(21.642)	(27.158)
Despesas tributárias	23	(2.292)	(5.717)	(32.283)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	10.514	11.066	(20.648)
Resultado Operacional		9.938	24.461	185.863
Resultado Não Operacional		-	-	(1.626)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		9.938	24.461	184.237
Imposto de Renda e Contribuição Social	17.a	(4.214)	(10.915)	(29.849)
Provisão para imposto de renda		525	(2.837)	(18.922)
Provisão para contribuição social		363	(2.426)	(15.157)
Ativo fiscal diferido		(5.102)	(5.652)	4.230
Lucro Líquido do semestre/exercícios		5.724	13.546	154.388
Lucro líquido atribuído à participação dos acionistas controladores		4.630	10.608	80.106
Lucro líquido atribuído à participação dos acionistas não controladores		1.094	2.938	74.282
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercícios (R\$)		0,20	0,47	5,31

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros			Ajuste ao valor de mercado - TVM	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Participação dos Não Controladores	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial				
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	400.000	-	-	452	(64.057)	1.799	338.194
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(3.145)	-	-	(3.145)
Lucro líquido do semestre atribuído ao Controlador	-	-	-	-	80.105	-	80.105
Lucro líquido do semestre atribuído ao Não Controlador	-	-	-	-	-	74.283	74.283
Destinações:							
Constituição de reservas (nota 18)	-	802	14.444	-	(15.246)	-	-
Pagamento de dividendos (nota 18)	-	-	-	-	(802)	(5.978)	(6.780)
Saldos em 31 de Dezembro de 2017	400.000	802	14.444	(2.693)	-	70.104	482.657
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	(3.948)	-	-	(3.948)
Lucro líquido do semestre atribuído ao Controlador	-	-	-	-	10.608	-	10.608
Lucro líquido do semestre atribuído ao Não Controlador	-	-	-	-	-	2.938	2.938
Compra de participação (nota 1)	-	-	-	-	-	(56.304)	(56.304)
Destinações:							
Constituição de reservas (nota 18)	-	530	3.728	-	(4.258)	-	-
Pagamento de dividendos (nota 18)	-	-	(14.444)	-	-	(16.738)	(31.182)
Juros sobre o capital próprio (nota 18)	-	-	-	-	(6.350)	-	(6.350)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	400.000	1.332	3.728	(6.641)	-	-	398.419
Saldos em 30 de Junho de 2018	400.000	1.101	5.678	(6.677)	-	55.210	455.312
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	36	-	-	36
Lucro líquido do semestre atribuído ao Controlador	-	-	-	-	4.631	-	4.631
Lucro líquido do semestre atribuído ao Não Controlador	-	-	-	-	-	1.094	1.094
Compra de participação (nota 1)	-	-	-	-	-	(56.304)	(56.304)
Destinações:							
Constituição/reversão de reservas	-	231	(1.950)	-	1.719	-	-
Juros sobre o capital próprio (nota 18)	-	-	-	-	(6.350)	-	(6.350)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	400.000	1.332	3.728	(6.641)	-	-	398.419

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
 (Em milhares de reais)

	Nota	2018		2017
		2º Semestre	Exercício	Exercício
Fluxo de Caixa de Atividades Operacionais				
Lucro líquido ajustado no semestre/exercícios		28.238	36.940	168.554
Lucro líquido do semestre/exercícios		5.724	13.546	154.388
Ajustes ao lucro líquido:		22.514	23.394	14.166
Depreciações e amortizações	22	359	783	1.151
Amortização de ágio para aquisição participação acionária	22	350	350	-
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	24.a. b	(8.508)	(8.169)	8.212
Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa	9.e	13.167	24.946	(6.938)
Provisão para impostos e contribuições diferidos		5.102	5.652	(4.230)
Comissão a receber		11.573	-	-
Reversão de provisão para desvalorização de títulos livres	24.a	-	(67)	(778)
Perdas p/Redução ao Valor Recuperado Outros Valores e Bens	13	(1.301)	(1.301)	7.571
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	24.a. b	1.772	1.200	6.109
Baixa de ativo permanente		-	-	1.680
Despesas de juros e de variação cambial sobre empréstimos no exterior		-	-	3.389
Reversão de PLR	24.a	-	-	(2.000)
Variações dos Ativos e Obrigações		198.938	814.562	(630.750)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(10.029)	(14.494)	3.306
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		163.749	565.493	(202.491)
Redução em operações de crédito		22.927	76.075	119.306
(Aumento) Redução em outros créditos		(223.194)	(284.060)	70.025
(Aumento) em outros valores e bens		(93)	(61)	(27.651)
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras e interdependências (ativas/passivas)		223	422	(1.558)
Aumento (Redução) em depósitos		29.619	(57.748)	(28.943)
(Redução) em captação no mercado aberto		(24.146)	(21.032)	(108.404)
(Redução) Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(15.967)	92.857	13.379
Aumento (Redução) em outras obrigações		260.677	256.639	(23.221)
(Redução) Aumento em obrigações por empréstimos e repasses		(4.827)	200.543	(444.321)
(Redução) em resultados de exercícios futuros		(1)	(72)	(177)
Fluxo de Caixa Oriundos (aplicados) das Atividades Operacionais		227.176	851.502	(462.196)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos				
Aquisição de participação em controlada		(56.654)	(56.654)	-
Aplicações no imobilizado de uso		(38)	(376)	(38)
Fluxo de Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		(56.692)	(57.030)	(38)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento				
(Redução) em obrigações por empréstimos no exterior		-	-	(53.999)
Juros sobre o capital próprio a pagar		(6.350)	(6.350)	-
Dividendos pagos		-	(37.963)	(5.978)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		(6.350)	(44.313)	(59.977)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		164.134	750.159	(522.211)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios		807.140	221.115	743.326
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	4	971.274	971.274	221.115
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalentes de Caixa		164.134	750.159	(522.211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO CAIXA GERAL - BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2018 E DE 2017 E
PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O grupo Caixa Geral de Depósitos, no Brasil, está composto pelo Banco Caixa Geral Brasil S.A. (Banco) e pela CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. (Corretora), adquirida em 2012.

O Banco Caixa Geral - Brasil S.A. ("Banco"), sediado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 4.285 – 3º andar – São Paulo – SP, é parte integrante do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de origem portuguesa, iniciou suas operações em 1º de abril de 2009, e está organizado sob a forma de banco múltiplo, atuando através das carteiras comercial, de câmbio e de investimento.

A CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio S.A. ("Corretora") faz parte do Conglomerado CGD (Grupo Caixa Geral de Depósitos) e sua atividade iniciou em 01 de setembro de 2005.

Em 2014, foi aprovado pelos conselheiros da Companhia o acordo operacional entre a Corretora e a "Rico" Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objetivo foi a integração do DirectaInvest e da Rico.com.vc, plataforma de investimentos da Rico Corretora. Essa operação inseriu-se no processo de aquisição de uma participação de 51% pela Corretora no capital social da FLAFLU Participações S.A., holding financeira. Como parte do processo de aquisição, a Corretora adquiriu debêntures conversíveis, emitidas pela FLAFLU Participações S.A., controladora da Rico Corretora.

No ano de 2015, as operações da CGD ficaram reduzidas ao mínimo regulatório, tendo sido integradas na estrutura do Banco Caixa Geral – Brasil S.A.

Em 2016, a Corretora assinou Contrato de Compra e Venda de Valores Mobiliários e outras Avenças ("Contrato") junto à XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Compradora"), celebrando a venda de sua participação econômica na FLAFLU Participações S.A., representada por debêntures conversíveis, conforme mencionado acima.

No final do mês de junho de 2017, após aprovação pelo Banco Central do Brasil, a venda da participação na FLAFLU foi concluída e os recursos foram recebidos pela Corretora, apurando um ganho na venda destas debêntures, no montante de R\$ 202.538.

Em novembro de 2018, o Banco Caixa Geral Brasil S.A. adquiriu do Caixa BI a participação de 50% que ele possuía na CGD Investimentos pelo valor de R\$ 56.654 e, portanto, a partir deste momento, o Banco passou a ser o único acionista da Corretora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial foram elaboradas com a finalidade específica de atender as determinações do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN), através da Resolução nº 4.280 e normas complementares.

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Caixa Geral – Brasil S.A. compreendem as entidades discriminadas na Resolução nº 4.280/13, sobre os quais o Banco detenha controle direto ou indireto, incluindo: instituições financeiras, instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, administradoras de consórcio, instituições de pagamento, sociedades que realizem operações de crédito e fundos de investimento nos quais as entidades mencionadas, assumam ou retenham substancialmente riscos e benefícios.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram eliminadas as transações com partes relacionadas, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

A seguir estão apresentadas as entidades consolidadas nas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial:

Empresa	Atividade	Percentual Banco	Consolidado Purdencial
Banco Caixa Geral Brasil S.A.	Instituição Financeira	Líder	Líder
CGD Investimentos Corretora de Valores e Câmbio	Instituição Financeira	100%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial incluem estimativas e premissas revisadas periodicamente pelo Conglomerado, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, valorização de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, avaliação do valor recuperável, vida útil de determinados ativos e constituição de imposto de renda e contribuição social diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, às quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Os pronunciamentos contábeis aprovados são:

Resolução nº 3.566/08 - Redução ao valor recuperável de ativos;
 Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do fluxo de caixa;
 Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre partes relacionadas;
 Resolução nº 3.823/09 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes;
 Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente;
 Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em ações;
 Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro;
 Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico; e
 Resolução nº 4.424/12 - Benefícios a empregados.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Conglomerado.

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração do Banco em 03 de junho de 2019.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das

demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas das operações ativas e passivas são apropriadas pelo regime de competência, o qual reconhece os efeitos das operações sujeitas à variação monetária em base "pro rata" dia. As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, nas datas das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais.

b) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários, são revistos, no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, ou sempre que houver indícios objetivos de "impairment".

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

São demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos proporcionais auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) Títulos para negociação: são avaliados pelo valor de mercado, e seus ajustes são contabilizados em contrapartida à conta adequada de receitas e despesas do exercício.
- (ii) Títulos disponíveis para venda: contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajuste ao valor de mercado - TVM".
- (iii) Títulos mantidos até o vencimento: são adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício.

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independentemente de seu vencimento, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

f) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular nº 3.082/02 do BACEN, e a Carta-Circular nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações a termo, futuros,

“swaps” e opções são contabilizados segundo os seguintes critérios:

- Operações a termo: pelo valor final do contrato líquido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito. As receitas e despesas são auferidas em razão da fluência dos contratos até a data das demonstrações financeiras.
- Operações de futuros: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta de ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo, e apropriados mensalmente no resultado do exercício.
- Operações de “swaps”: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “pro rata” dia até a data das demonstrações financeiras.
- Opções: os valores dos prêmios pagos ou recebidos são reconhecidos em adequada conta de ativo ou passivo, respectivamente, na data da operação até seu efetivo exercício, quando então são baixados como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo valor de exercício, ou, caso a opção não seja exercida, como receita ou despesa, conforme resultado auferido.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelos seus valores de mercado e a valorização ou desvalorização reconhecida no resultado do exercício.

Os instrumentos financeiros derivativos do Conglomerado, designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos (“hedge”), foi classificado como “hedge” risco de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a “hedge” e os respectivos objetos de “hedge” são ajustados ao valor de mercado, sendo a valorização ou a desvalorização dos “hedges” de risco de mercado registradas em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do exercício.

g) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

São registradas considerando os rendimentos decorridos, reconhecidos em base “pro rata” dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuada.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é constituída considerando-se a classificação pelo nível de risco feita pela área de Risco de Crédito e levada a conhecimento da Administração do Conglomerado no Comitê de Crédito, que considera a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância dos parâmetros e diretrizes estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, editada pelo BACEN, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda).

Em consonância com os critérios da Resolução 4.512/16 do Banco Central do Brasil, a provisão para garantias prestadas é constituída com base nos requerimentos estabelecidos na Resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H” permanecem nesta classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente a renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de

compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita somente quando efetivamente recebidos.

h) Operações em moeda estrangeira

As operações ativas e passivas com cláusula de variação cambial são atualizadas pela taxa de compra ou de venda da moeda estrangeira, na data das demonstrações financeiras, de acordo com as disposições contratuais e as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do exercício.

i) Ativos e passivos circulante, realizável e exigível a longo prazo

Os ativos são demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes a valor de mercado.

Os ativos realizáveis e os Passivos exigíveis dentro de 12 meses são classificados, respectivamente, no ativo e passivo circulante. Os Títulos e Valores Mobiliários classificados como títulos para negociação são classificados no Curto Prazo, independentemente de seu vencimento.

j) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais e provisão para risco

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o Pronunciamento Técnico nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos e passivos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisão para risco - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se às demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limites específicos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 20% do lucro antes do imposto de renda.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários, a taxa vigente à época das demonstrações financeiras, calculados sobre prejuízos fiscais e adições temporárias no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos e são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". Os créditos tributários são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões

sobre as quais foram constituídos.

l) Estimativas contábeis

A elaboração de informações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos e o registro de créditos tributários e as análises de "impairment". A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Conglomerado revisa as estimativas e premissas periodicamente.

m) Lucro por ações

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	6.039	5.888
Aplicações em operações compromissadas (nota explicativa nº 5)	<u>965.235</u>	<u>215.227</u>
Total	<u><u>971.274</u></u>	<u><u>221.115</u></u>

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	<u>2018</u>				<u>2017</u>	
	Até 3 meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	3.425	11.069	14.494	-	-
Aplicações em operações compromissadas	<u>965.235</u>	-	-	<u>965.235</u>	<u>215.227</u>	<u>215.227</u>
Total	<u><u>965.235</u></u>	<u><u>3.425</u></u>	<u><u>11.069</u></u>	<u><u>979.729</u></u>	<u><u>215.227</u></u>	<u><u>215.227</u></u>

As aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas, no montante de R\$965.235 (R\$215.227 em 2017), apresentam taxas ao ano de 6,37% (6,70% a 8,84% em 2017).

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

	2018		2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Carteira própria</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	35.181	35.189	38.100	38.113
Letras do Tesouro Nacional – LTN	35.208	35.669	477.100	480.021
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	497	514	14.603	14.860
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)	3.828	3.902	-	-
Fundos de Investimento	-	-	10.437	10.437
Bonds	8.751	77	7.823	910
Renda Variável	-	-	39	274
Debêntures	21.878	21.752	55.434	54.315
Total de carteira própria	<u>105.343</u>	<u>97.103</u>	<u>603.536</u>	<u>598.930</u>
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN	13.066	13.075	4.549	4.566
Debêntures	51.725	48.384	56.896	55.051
Total de vinculados a compromissos de recompra	<u>64.791</u>	<u>61.459</u>	<u>61.445</u>	<u>59.617</u>
<u>Vinculados à prestação de garantias</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	3.854	3.854	-	-
Letras do Tesouro Nacional – LTN	95.926	96.188	151.522	152.543
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	5.885	6.000	-	-
Fundos de Investimento - FILCB	14.506	14.506	14.136	14.136
Total de vinculados à prestação de garantias	<u>120.171</u>	<u>120.548</u>	<u>165.658</u>	<u>166.679</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>290.305</u>	<u>279.110</u>	<u>830.639</u>	<u>825.226</u>

b) Composição da carteira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 por classificação e por prazo:

	2018		2017	
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
<u>Títulos para negociação:</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (*)				
Até 3 meses	3.853	3.853	-	-
De 1 a 3 anos	25.883	25.885	3.620	3.620
Acima de 3 anos	9.298	9.305	34.480	34.493
Letras do Tesouro Nacional - LTN (*)				
De 1 a 3 anos	138.333	139.023	200.873	201.770
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B				
De 3 a 12 meses (*)	3.273	3.312	3.962	4.035
De 1 a 3 anos (*)	1.629	1.680	3.150	3.289
Acima de 3 anos	497	514	5.508	5.539
Total de títulos públicos	<u>182.766</u>	<u>183.572</u>	<u>251.593</u>	<u>252.746</u>
<u>Títulos privados</u>				
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)				
De 1 a 3 anos	3.828	3.902	-	-
Cotas de Fundo de Investimento - FILCB (*)				
Sem vencimento	14.506	14.506	24.573	24.573
Debêntures				
Acima de 3 anos	-	-	20.676	20.723
Total de títulos privados	<u>18.334</u>	<u>18.408</u>	<u>45.249</u>	<u>45.296</u>
Total de títulos para negociação	<u>201.100</u>	<u>201.980</u>	<u>296.842</u>	<u>298.042</u>
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
<u>Títulos públicos</u>				
Letras do Tesouro Nacional – LTN (*)				
De 3 a 12 meses	5.869	5.909	176.090	177.123
De 1 a 3 anos	-	-	256.208	258.237
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B				
De 3 a 12 meses	-	-	1.983	1.997
De 1 a 3 anos	982	1.008	-	-
Total de títulos públicos	<u>6.851</u>	<u>6.917</u>	<u>434.281</u>	<u>437.357</u>
<u>Títulos privados</u>				
Bonds				
Acima de 3 anos	8.751	77	7.823	910
Renda Variável				
Sem vencimento	-	-	39	274
Debêntures: (**)				
De 3 a 12 meses	12.473	10.757	13.936	13.812
De 1 a 3 anos	12.805	12.839	30.036	29.823
Acima de 3 anos	48.325	46.540	47.682	45.008
Total de títulos privados	<u>82.354</u>	<u>70.213</u>	<u>99.516</u>	<u>89.827</u>
Total de títulos disponíveis para venda	<u>89.205</u>	<u>77.130</u>	<u>533.797</u>	<u>527.184</u>
Circulante (***)	219.442	218.646	478.453	480.811
Realizável a longo prazo	<u>70.863</u>	<u>60.464</u>	<u>352.186</u>	<u>344.415</u>
Total de títulos e valores mobiliários	<u>290.305</u>	<u>279.110</u>	<u>830.639</u>	<u>825.226</u>

- (*) Em dezembro de 2018, o montante de R\$ 120.548 (R\$166.679 em 2017) estava bloqueado em garantia de operações na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão (nota explicativa nº 7.f).
- (**) Em dezembro de 2018, o Banco possui provisão para "impairment" de Debêntures, no montante de R\$2.255 (R\$2.322 em 2017).
- (***) Os títulos classificados na categoria "negociação" estão apresentados no ativo circulante independente de seu vencimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram reclassificações entre as categorias "negociação", "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento".

c) Custódia dos títulos e valores mobiliários

Os títulos públicos no montante de R\$190.489 (R\$690.103 em 2017) estão custodiados no Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC e os títulos privados no montante de R\$74.115 (R\$110.276 em 2017) estão custodiados na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. As cotas de fundo de investimento (FILCB) no montante de R\$ 14.506 estão custodiadas junto ao administrador do fundo.

d) Valor de mercado

Para os títulos públicos classificados nas categorias "disponíveis para venda" e "negociação" o valor de mercado foi apurado com base em preços e taxas praticadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Para a marcação a mercado das debêntures e dos CRAs emitidas segundo a instrução CVM nº 476 e que não apresentavam preço indicativo pela ANBIMA ou outra fonte alternativa (cotações fornecidas por Corretoras), foi utilizada a metodologia baseada nas últimas negociações que ocorreram no mercado secundário e também taxas indicativas divulgadas pela ANBIMA. As cotas de fundo de investimento FILCB foram marcadas a mercado com base no valor de cota divulgado pelo administrador do fundo (BANCO B3 S.A.).

Os bonds foram marcados a mercado com base nos preços negociados em mercados de bolsa e balcão na Europa, divulgados pelo custodiante dos títulos, Banco Caixa Geral Espanha.

Os títulos públicos e privados registrados na categoria "disponíveis para venda" resultaram em ajuste negativo no montante de R\$3.948 (R\$3.145 em 2017). O impacto no patrimônio líquido do Conglomerado foi de R\$(6.641) (R\$2.693 negativo em 2017), líquidos dos efeitos tributários.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Conglomerado realiza operações com derivativos, que se destinam a atender necessidades próprias ou de seus clientes, no sentido de reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros. O gerenciamento desses riscos é efetuado através da determinação de limites e estabelecimentos de estratégias de operações. Os derivativos, de acordo com sua natureza e legislação específica, são contabilizados em contas patrimoniais e/ou de compensação. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a composição dos instrumentos financeiros derivativos registrados nas demonstrações financeiras é a seguinte:

a) Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado:

	2018			2017		
	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado	Valor de curva	Ganhos/ (Perdas) não realizados	Valor de Mercado
Swap - diferencial a receber	48.280	47.228	95.508	29.762	55.244	85.006
Swap - diferencial a pagar	(46.711)	(8.668)	(55.379)	(12.639)	(8.176)	(20.815)
Total Swap	1.569	38.560	40.129	17.123	47.068	64.191
NDF - a receber	1.088	27	1.115	174	(27)	147
NDF - a pagar	(48)	(70)	(118)	(552)	100	(452)
Total NDF	1.040	(43)	997	(378)	73	(305)
Termo - a receber	-	-	-	177.131	-	177.131
Termo - a pagar	-	-	-	(177.123)	-	(177.123)
Total Termo	-	-	-	8	-	8
Opções - a receber	-	-	-	316	184	500
Opções - a pagar	(896)	2	(894)	(896)	(8)	(904)
Total Opções	(896)	2	(894)	(580)	176	(404)
Total	1.713	38.519	40.232	16.173	47.317	63.490

Os instrumentos financeiros derivativos referem-se a operações de "swap", "Non-Deliverable Forward – NDF", Futuros e Opções, sendo registradas na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi apurado com base nos preços e taxas divulgados pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão.

b) Composição do valor de referência por vencimento

	2018					2017				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
"Swap" - posição ativa	38.875	285.264	149.070	372.234	845.443	85.678	371.854	566.108	377.463	1.401.103
"Swap" - posição passiva	300	432.106	2.645	50.000	485.051	41.048	39.834	15.749	219.025	315.656
NDF - posição ativa	10.673	-	-	-	10.673	2.000	1.500	-	-	3.500
NDF - posição passiva	2.816	-	-	-	2.816	5.250	2.500	-	-	7.750
Termo - posição vendida	-	-	-	-	-	177.131	-	-	-	177.131
Termo - posição comprada	-	-	-	-	-	177.123	-	-	-	177.123
Opções – posição ativa	-	-	-	-	-	-	7.500	-	-	7.500
Opções – posição passiva	896	-	-	-	896	-	16.836	-	-	16.836
Futuros - posição comprada	479.279	142.970	97.070	-	719.319	133.577	128.596	492.024	-	754.197
Futuros - posição vendida	135.733	337.154	390.325	100.397	963.609	180.070	433.057	939.488	141.216	1.693.831
Total	668.572	1.197.494	639.110	522.631	3.027.807	801.877	1.001.677	2.013.369	737.704	4.554.627

c) Composição por indexador

	2018			2017		
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência	Valor a receber	Valor a pagar	Valor de referência
<u>Operações de "swap"</u>						
Posição ativa	95.508	-	843.443	85.006	-	1.401.103
CDI x DÓLAR VENDA	14	-	14.681	7.622	-	248.338
CDI x IPCA	25.699	-	49.840	17.498	-	193.217
CDI x PRÉ	67.562	-	369.286	48.719	-	791.798
DOLAR VENDA x LIBOR	357	-	128.547	66	-	5.847
DOLAR x LIBOR 6M	1.673	-	152.542	723	-	58.441
IPCA x CDI	-	-	-	24	-	1.111
LIBOR x DÓLAR VENDA	203	-	128.547	2.764	-	54.199
LIBOR 6 M x CDI	-	-	-	7.590	-	48.152
Posição passiva	-	(55.379)	487.051	-	(20.815)	315.656
CDI x DÓLAR VENDA	-	(7.504)	158.545	-	-	-
DOLAR VENDA X CDI	-	-	-	-	(224)	3.225
PRÉ x CDI	-	(995)	6.476	-	(719)	27.353
DOLAR VENDA x LIBOR	-	(144)	58.851	-	(2.102)	54.859
IPCA x CDI	-	(25.366)	54.751	-	(17.234)	170.323
LIBOR 3 x CDI	-	(1.908)	58.428	-	(120)	5.868
LIBOR 6 x CDI	-	(19.462)	150.000	-	-	-
CDI x PRÉ	-	-	-	-	(416)	54.028
Total de operações de "swap"	95.508	(55.379)	1.330.494	85.006	(20.815)	1.716.759
<u>Operações de NDF</u>						
Posição ativa	1.115	-	10.673	147	-	3.500
Dólar venda	1.115	-	10.673	147	-	3.500
Posição passiva	-	(118)	2.816	-	(452)	7.750
Dólar venda	-	(118)	2.816	-	(15)	5.750
Euro venda	-	-	-	-	(437)	2.000
Total de operações de NDF	1.115	(118)	13.489	147	(452)	11.250
<u>Operações Termo de LTN</u>						
Termo a receber	-	-	-	177.131	(177.123)	354.254
Termo a Pagar	-	-	-	-	(177.123)	177.123
Total de operações de Termo	-	-	-	177.131	(177.123)	354.254
<u>Operações opções</u>						
Posição dólar vendida	-	(894)	896	500	(904)	24.336
Posição dólar comprada	-	(894)	896	-	(904)	16.836
Total de operações de Opções	-	(894)	896	500	(904)	24.336
<u>Operações de futuros</u>						
Posição comprada (*)	1.065	-	719.319	934	-	754.197
DDI	737	-	688.595	496	-	379.507
DI1	6	-	-	344	-	348.221
DOL	243	-	4.072	78	-	19.520
EUR	-	-	26.652	16	-	6.949
IND	79	-	-	-	-	-
Posição vendida (*)	-	3.709	963.609	-	1.723	1.693.831
DDI	-	2.439	193.614	-	1.480	253.842
DI1	-	225	706.836	-	225	1.396.527
DOL	-	881	63.159	-	14	41.925
EUR	-	114	-	-	-	-
IND	-	50	-	-	4	1.537
Total de operações de futuros	1.065	3.709	1.682.928	934	1.723	2.448.028
Total	97.688	(52.682)	3.027.807	263.718	(197.571)	4.554.627

(*) Os ajustes sobre os contratos de futuros são apurados diariamente, e liquidados em D+1, na conta de negociação e intermediação de valores.

d) Valor de referência por local de negociação

	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2018	Mercado Organizado	Mercado de Balcão	Total 2017
Operações de "swap"	480.353	850.141	1.330.494	975.691	741.068	1.716.759
Operações de NDF	10.673	2.816	13.489	11.250	-	11.250
Opções	896	-	896	24.336	-	24.336
Termo	-	-	-	354.254	-	354.254
Futuros - posição comprada	719.319	-	719.319	754.197	-	754.197
Futuros - posição vendida	963.609	-	963.609	1.693.831	-	1.693.831
Total	<u>2.174.850</u>	<u>852.957</u>	<u>3.027.807</u>	<u>3.813.559</u>	<u>741.068</u>	<u>4.554.627</u>

As operações envolvendo contratos de futuros de índices e moedas são realizadas para proteção das exposições globais do Conglomerado e em operações para atendimento aos seus clientes.

e) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Informamos a seguir os ganhos e as perdas (realizados ou não) que impactaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017. Tais ganhos e perdas estão sendo apresentados líquidos do resultado gerado pelos derivativos utilizados como instrumento de "hedge" de risco de mercado.

	2º semestre 2018			Exercício 2018			Exercício 2017		
	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido	Ganho	Perda	Líquido
"swap"	163.146	(146.649)	16.497	282.912	(271.936)	10.976	270.034	(212.258)	57.776
NDF	11.328	(11.449)	(121)	14.982	(23.227)	(8.245)	63.657	(55.476)	8.181
Opções	1.771	(444)	1.327	2.600	(2.065)	535	813	(452)	361
Futuros	511.487	(523.019)	(11.532)	973.484	(920.161)	53.323	822.243	(905.584)	(83.341)
Total	<u>687.732</u>	<u>(681.561)</u>	<u>6.171</u>	<u>1.273.978</u>	<u>(1.217.389)</u>	<u>56.589</u>	<u>1.156.747</u>	<u>(1.173.770)</u>	<u>(17.023)</u>

f) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia na B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 tem a seguinte composição:

	2018	2017
Títulos e valores mobiliários		
Letras do Financeira do Tesouro – LFT	3.854	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	96.188	152.543
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	6.000	-
Fundo de Investimento - FILCB	14.506	14.136
Total	<u>120.548</u>	<u>166.679</u>

g) Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Em 31 de dezembro de 2018, a estrutura de "hedge" de risco de mercado é composta por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$18.550 e vencimentos que variam de janeiro de 2019 a outubro de 2019, e visam proteger o Conglomerado das flutuações nos adiantamentos de contrato de câmbio.

O valor das aplicações em adiantamentos de contratos de câmbio, em 2018, é de R\$ 18.673 e está classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa é de R\$ 82.

Em 31 de dezembro de 2017, as estruturas de "hedge" de risco de mercado eram compostas por contratos futuros, com valor de referência atualizado de R\$190.449 e vencimentos que variavam de julho de 2018 a outubro de 2018, e visavam proteger o Conglomerado das flutuações nas captações e aplicações efetuadas em moeda estrangeira e aplicações em operações compromissadas.

O valor das captações no exterior era de R\$99.470 em 2017 e estava classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como despesa era de R\$248 em 2017.

O valor das aplicações em operações compromissadas era de R\$89.677 em 2017 e estava classificado como objeto de "hedge" de risco de mercado. O ajuste a mercado que foi reconhecido no resultado como receita era de R\$42 receita em 2017.

A efetividade das estruturas do "hedge" de risco de mercado é medida mensalmente por intermédio do resultado financeiro, oriundo do valor de mercado dos derivativos designados para "hedge" e do instrumento objeto de "hedge".

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está em conformidade com o padrão estabelecido pelo BACEN.

As operações acima não representam a exposição global do Conglomerado aos riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros, por contemplarem apenas os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge".

8. GESTÃO DE RISCOS

O Conglomerado Financeiro Caixa Geral Brasil conta com processos de gestão de risco abrangentes, através dos quais pode monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades. Estes processos incluem a gestão da exposição ao risco de mercado, de crédito, de liquidez e operacional. A estrutura de gestão de risco foi desenvolvida com base em três componentes essenciais: governança, processos e pessoas.

O processo de gestão de riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar os eventos de risco (natureza interna e externa) que possam afetar as estratégias das unidades de negócio e de suporte, bem como o cumprimento de seus objetivos, gerando impactos nos resultados, no capital e na liquidez do Conglomerado.

A estrutura de controle dos riscos de Mercado, Crédito, Liquidez e Operacional é centralizada e visa assegurar que as diversas unidades seguem as políticas e os procedimentos estabelecidos. A identificação, agregação e acompanhamento dos riscos são feitos de modo a fornecer informações para as decisões da alta direção.

I - Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos fatores de risco de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (“commodities”).

A gestão de riscos de mercado é o processo pelo qual a instituição identifica, mensura, monitora os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequados.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação e reporte de risco. Além disso, também realiza monitoramento, avaliação e reporte consolidado das informações de risco de mercado, visando fornecer subsídios para acompanhamento pela Administração local, pela Matriz e para atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e no exterior.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (VaR - “Value at Risk”): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos.
- Perdas potenciais em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos do portfólio quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ou própria).
- Alerta de “Stop Loss”: Perdas efetivas somadas num determinado horizonte de tempo. O Conglomerado adota uma política de alertas baseada em gatilhos.
- Sensibilidade (BPV): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são conservadores quando comparados ao Patrimônio de Referência do Conglomerado. Em 31 de dezembro de 2018, o VaR para um horizonte de 10 dias ao qual o Conglomerado estava exposto era de R\$1.566 (R\$3.401 em 2017).

II - Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do CMN, o Conglomerado possui uma estrutura e uma política de gerenciamento do risco de crédito, aprovada pelo seu Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito do Conglomerado visa preservar a qualidade dos ativos de crédito em patamares adequados. Esta gestão é feita tanto no nível individual dos ativos que compõem a carteira, quanto no nível consolidado desta carteira.

No nível individual, o risco de crédito é avaliado quando da concessão dos limites/operações e acompanhamento periódico da qualidade do ativo.

São levados em consideração a qualidade intrínseca da contraparte/grupo e a estrutura da operação, que pode conter mitigadores de risco como garantias. Destas análises, derivam as classificações de risco das operações e correspondentes níveis de provisionamento em linha com a perda esperada, por sua vez calculada com base nos parâmetros utilizados para o cálculo do capital.

No nível consolidado, são monitorados os elementos globais da carteira, visando atender os requisitos regulatórios e as políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração do Conglomerado. Este monitoramento busca identificar possíveis concentrações de carteira, de forma estática e dinâmica. A avaliação deste monitoramento pode resultar em ações corretivas ou preventivas, quando a Administração do Conglomerado julgar necessário.

III - Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A crescente sofisticação do ambiente e dos negócios bancários e a evolução da tecnologia tornam mais complexos os perfis de risco das organizações, delineando com mais nitidez esta classe de risco, cujo gerenciamento apesar de não ser prática nova, requer agora uma estrutura específica, distinta das tradicionalmente aplicadas aos riscos de crédito e de mercado.

Em linha com os princípios da Resolução nº. 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, o Conglomerado definiu uma política de gerenciamento do risco operacional, com a aprovação ratificada pelo seu Conselho de Administração.

A política constitui um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que proporcionam uma permanente adequação do gerenciamento à natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas.

A estrutura formalizada na política prevê os procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e comunicações relacionados ao risco operacional, e os papéis e responsabilidades dos órgãos que participam dessa estrutura.

O Conglomerado possui também metodologia e sistema aplicativo, que é o mesmo utilizado por sua Matriz – a Caixa Geral de Depósitos – para o registro dos eventos de risco operacional e indicação dos processos a que se relacionam. Foi estabelecido um Comitê de Riscos Operacionais onde são apresentadas as ocorrências, as perdas operacionais e os mitigantes implementados ou propostos.

O Conglomerado utiliza a Abordagem do Indicador Básico.

IV- Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O Stress Test de liquidez utiliza como premissas uma queda na base de captações, inadimplência e stress na carteira de derivativos para assim simular um fluxo de caixa para situações adversas. Essa métrica é acompanhada mensalmente no Comitê de Ativos e Passivos (ALCO).

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelas áreas de controle e de gestão de liquidez. Como partes dos controles diários são estabelecidos limites de caixa mínimo, os quais permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável.

V- Gestão de Capital

A gestão de capital é conduzida em conjunto pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, com base em atividades coordenadas pelo Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável pela estruturação e acompanhamento do Plano Estratégico Anual.

Fica a cargo da área de Controladoria a estruturação do plano estratégico anual e o acompanhamento do orçamento.

Participa do processo também a área de Gestão de Riscos, que contribui com informações, subsídios e avaliações complementares.

As instituições financeiras do Conglomerado Financeiro apuram o seu Patrimônio de Referência de forma consolidada.

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao processo de gestão de capital estão disponíveis no sítio da instituição na internet, acessíveis através do seguinte endereço: www.bcgbrasil.com.br.

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão assim apresentadas:

a) Composição da carteira por modalidade de operação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Capital de giro	136.013	327.466
Financiamento à Exportação	117.195	-
Financiamento – BNDES	7.135	8.646
Financiamento - Finame	<u>858</u>	<u>1.084</u>
Total de operações de crédito com característica de concessão de crédito	261.201	337.196
Confissão de dívida (nota 11)	25.056	-
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota 10)	86.327	93.700
Créditos para avais e fianças honrados	<u>12.993</u>	<u>31.068</u>
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>385.577</u>	<u>461.964</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.652)	(15.413)
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	<u>(30.722)</u>	<u>(18.015)</u>
Total da provisão	<u>(58.374)</u>	<u>(33.428)</u>
Circulante	226.364	207.928
Realizável a longo prazo	159.213	254.036

b) Composição da carteira por setor de atividade

	2018	2017
Setor Privado:		
Indústria	248.381	248.219
Comércio	38.188	58.677
Rural	13.939	10.091
Outros	85.069	144.977
Total	<u>385.577</u>	<u>461.964</u>

c) Composição da carteira por vencimento

	2018					2017	
	Vencido	A vencer				Total	Total
		31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima 360 dias		
Capital de giro	2.725	8.047	47.586	3.466	74.189	136.013	327.466
Financiamento à Exportação	14.321	-	34.280	22.615	45.979	117.195	-
Financiamento - BNDES	-	-	-	-	7.135	7.135	8.646
Financiamento - Finame	-	-	-	-	858	858	1.084
Confissão de dívida	-	-	-	-	25.056	25.056	-
Adiantamento sobre contrato de câmbio – ACC	-	49.715	19.084	11.532	5.996	86.327	93.700
Créditos para avais e fiança honrados	12.993	-	-	-	-	12.993	31.068
Total	<u>30.039</u>	<u>57.762</u>	<u>100.950</u>	<u>37.613</u>	<u>159.213</u>	<u>385.577</u>	<u>461.964</u>

d) Composição da carteira por nível de risco

Nível	Faixa de Provisão %	2018				2017			
		Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial	Vencidos (*)	Curso Normal	Provisão Resolução 2.682	Provisão Prudencial
AA	-	-	613	-	-	-	1.340	-	-
A	0,50%	-	95.494	477	276	-	85.389	427	-
B	1,00%	-	123.689	1.237	-	-	232.622	2.326	-
C	3,00%	-	56.310	1.689	2.324	-	40.669	1.220	-
D	10,00%	-	-	-	-	11.092	54.549	6.564	8.005
E	30,00%	14.322	48.380	18.811	4.916	2.723	13.604	4.898	-
F	50,00%	-	31.052	15.526	-	19.976	-	9.988	-
G	70,00%	12.993	-	9.095	1.299	-	-	-	-
H	100,00%	2.724	-	2.724	-	-	-	-	-
Total		<u>30.039</u>	<u>355.538</u>	<u>49.559</u>	<u>8.815</u>	<u>33.791</u>	<u>428.173</u>	<u>25.423</u>	<u>8.005</u>

(*) Referem-se às operações vencidas a partir de 15 dias.

e) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	
Saldo no início	(45.207)	(33.428)	(76.328)
Provisão constituída	(30.362)	(45.059)	(28.130)
Reversão de provisão	17.195	20.113	35.068
Baixa para prejuízo	-	-	63.850
Reversão baixa líquida para prejuízo (*)	-	-	(27.888)
Saldo ao final	<u>(58.374)</u>	<u>(58.374)</u>	<u>(33.428)</u>

(*) Refere-se à operação de crédito descrita na nota explicativa nº 13.

f) Cessões de crédito, créditos renegociados e créditos recuperados

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo, no montante de R\$ 2.288 (nota 24.a).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, houve recuperação de crédito anteriormente baixado como prejuízo, no montante de R\$ 27.888 (nota 13).

No exercício de 2018, foram renegociadas 7 (6 em 2017) operações de crédito, no montante total de R\$44.172 (R\$ 47.663 em 2017).

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2018	2017
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	365.517	103.063
Direitos sobre venda de câmbio	40.099	18.588
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota nº 9.a)	2.283	2.043
Total	<u>407.899</u>	<u>123.694</u>
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	40.099	19.130
Obrigações por compras de câmbio	362.500	99.224
Adiantamento sobre contrato de câmbio (nota nº 9.a)	(84.044)	(91.657)
Marcação a mercado do adiantamento sobre contrato de câmbio (nota nº 7.g)	82	-
Total	<u>318.637</u>	<u>26.697</u>

A carteira de câmbio, em 2018, possui prazo médio de até 12 meses. Em 2017, possuía prazo de 6 meses.

11. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Confissão de dívida (nota 9.a)	25.056	-
Crédito tributário de IR e CSLL (nota 17.b)	51.377	62.500
Impostos e contribuições a compensar	8.285	15.359
Depósitos judiciais (nota 16.a) (a)	32.555	33.472
Outros	<u>337</u>	<u>1.187</u>
Total	<u>117.610</u>	<u>112.518</u>
Circulante	54.729	83.632
Realizável a longo prazo	62.881	28.886

(a) Referem-se, principalmente, ao IR/CSLL desmutualização da Bolsa no montante de R\$ 25.030 (R\$ 23.521 em 2017) e à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº 9.718) no montante de R\$ 2.831 em 2017. A corretora aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, e os títulos públicos depositados em garantia destes processos foram liberados pela Justiça Federal do Brasil, em 22 de fevereiro de 2019.

12. RENDAS A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comissões por garantias prestadas a receber	432	505
Outras rendas a receber	<u>345</u>	<u>160</u>
Total	<u>777</u>	<u>665</u>
Circulante	777	665

13. OUTROS VALORES E BENS

Refere-se a imóvel recebido em dação de pagamento no segundo semestre de 2017, registrada em bens não de uso, no montante de R\$ 27.888, com provisão para sua realização de R\$ 6.270 (R\$ 7.571 em 2017).

14. CAPTAÇÕES

a) Depósitos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Depósitos à vista	<u>8.627</u>	<u>19.838</u>
Depósitos a prazo	<u>449.683</u>	<u>496.221</u>
De 1 a 90 dias	57.041	103.085
De 91 até 360 dias	352.117	227.816
A vencer após 360 dias	<u>40.525</u>	<u>165.320</u>
Total de depósitos	<u>458.310</u>	<u>516.059</u>
Circulante	417.785	350.739
Exigível a longo prazo	40.525	165.320

Os depósitos a prazo com taxas pós-fixadas, no montante de R\$445.038 (R\$637.731 em 2017), apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 92% a 113% (de 95% a 112% em 2017). Os depósitos a prazo com taxas pré-fixadas, no montante de R\$4.645 (R\$6.929 em 2017), apresentam taxas ao ano que variam de 7,19% a 17,04% (8,42% a 18,38% em 2017).

b) Captações no mercado aberto

	2018			2017
	De 1 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Total	Total
Carteira própria:				
Letras do Tesouro Nacional- LTN	13.000	-	13.000	4.532
Debêntures	53.979	4	53.983	56.426
Carteira livre movimentação				
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	27.057
Total de captações no mercado aberto	66.979	4	66.983	88.015

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Representado por letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e letras de crédito imobiliário com taxas pós-fixadas, no montante de R\$284.865 (R\$191.008 em 2017) apresentam percentuais do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") que variam de 90% a 114,5% (85% a 113,5% em 2017). As letras financeiras, letras de crédito do agronegócio e as letras de crédito imobiliário com taxas pré-fixadas, no montante de R\$265 (R\$1.275 em 2017), apresentam taxas ao ano de 14,7% (12,83% a 15,10% em 2017).

d) Obrigações por repasses do País – Instituições oficiais

Representado por repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Exim e operações de Finame nos montantes de R\$7.124 (R\$8.632 em 2017) e R\$858 (R\$1.084 em 2017), respectivamente, com prazo de vencimento de 2022 a 2023.

e) Obrigações por empréstimos no exterior

	2018		2017	
	USD	Reais	USD	Reais
Empréstimo no Exterior:				
Grupo Caixa Geral de Depósitos – Objeto de "hedge" (*) (**)	-	-	30.000	99.470
Grupo Caixa Geral de Depósitos (**)	125.031	484.394	51.387	170.683
Outros Bancos	-	-	3.618	11.964
Total		484.394		282.117

(*) Em 31 de dezembro de 2017, essa operação era objeto de "hedge", descrita na nota explicativa nº 7.g.

(**) Operações com parte relacionada, conforme descrito na nota explicativa nº 19.b.

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	2018	2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	741	39.574
Impostos e contribuições a recolher	7.199	2.817
Impostos e contribuições diferidos (nota 17.d)	20.828	29.529
Total	<u>28.768</u>	<u>71.920</u>
Circulante	23.770	66.922
Exigível a longo prazo	4.998	4.998

b) Diversas

	2018	2017
Valores a pagar a sociedades ligadas (nota 19.b)	-	2
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas (*)	2.058	10.227
Provisão para riscos fiscais e previdenciários (nota nº 16.a .b .c)	3.975	3.397
Provisão para riscos trabalhistas (nota nº 16.a .b .c)	2.525	6.278
Provisão para despesas de pessoal	2.853	4.108
Outras	1.533	1.837
Total	<u>12.944</u>	<u>25.849</u>
Circulante	4.386	6.013
Exigível a longo prazo	8.558	19.836

(*) As responsabilidades por garantias e fianças prestadas, locais e internacionais, montam em R\$260.303 (R\$323.249 em 2017) (nota 25.a), para as quais foram registradas provisões para risco de crédito no montante de R\$2.058 (R\$10.227 em 2017), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito, estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99.

Nível	Faixa de provisão - %	2018		2017	
		Curso normal	Provisão	Curso normal	Provisão
AA	-	131.635	-	151.132	-
A	0,50%	66.497	332	58.478	292
B	1,00%	6.974	70	15.878	159
C	3,00%	55.197	1.656	-	-
D	10,00%	-	-	97.761	9.776
Total		<u>260.303</u>	<u>2.058</u>	<u>323.249</u>	<u>10.227</u>

16. PROVISÃO PARA RISCO E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou os riscos e provisões, conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25 e Resolução CMN nº 3.823/09.

a) Obrigações legais, contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

O Conglomerado é parte em processos administrativos e judiciais de natureza tributária de IRPJ e CSLL sobre juros sobre o capital próprio, deduzido da base de cálculo do ano de 2011, na compensação de Prejuízo Fiscal IRPJ 2010 e de ganhos decorrentes da desmutualização da CETIP, no montante total de R\$2.864 (R\$2.723 em 2017), que são caracterizados como passivos contingentes e cujos riscos de perda estão classificados como possíveis pelos advogados externos.

Descrição	2018		2017	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Obrigações legais:				
ISS (i)	3.975	3.975	3.397	3.397
Subtotal	<u>3.975</u>	<u>3.975</u>	<u>3.397</u>	<u>3.397</u>
Contingências fiscais:				
ISS (ii)	-	2.616	-	2.507
PIS (iii)	-	-	-	2.831
COFINS (iii)	-	-	-	23.521
IR/CSLL Desmutualização(iii)	-	25.030	-	-
Subtotal	<u>-</u>	<u>27.646</u>	<u>-</u>	<u>28.859</u>
Contingências trabalhistas:	2.525	825	6.278	716
Contingências cíveis:	-	109	-	500
Total	<u>6.500</u>	<u>32.555</u>	<u>9.675</u>	<u>33.472</u>

- (i) O Banco está discutindo o recolhimento do ISS sobre garantias e fianças prestadas a clientes relativos aos exercícios de 2012 a 2018, cujos assessores jurídicos classificaram como perda possível. Entretanto, foi constituída provisão no montante de R\$ 3.975 por se tratar de uma obrigação legal prevista na Lei Federal nº 116/2003.
- (ii) Refere-se a processo sobre base de cálculo de ISS do município do Rio de Janeiro. Até setembro de 2018, o Banco deu em garantia da execução fiscal deste processo Letras Financeiras do Tesouro – LFT. A partir de outubro de 2018, os recursos aplicados nas LFTs foram convertidos em renda e estão depositados no Banco do Brasil S.A., no montante de R\$2.616 (R\$ 2.507 em 2017). Na opinião dos assessores jurídicos a contingência para este processo é remota.
- (iv) Referiam-se à discussão no tocante ao PIS/COFINS (Lei nº 9.718/98), anos calendários 2008 a 2012, onde questiona a legalidade, incidência e constitucionalidade do tributo, e ao IR/CSLL Desmutualização da Bolsa.

A corretora está discutindo na esfera administrativa da Receita Federal a autuação da dedutibilidade da amortização do ágio, no montante de R\$ 36.447, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, dos anos calendário de 2013 e 2014. O nosso assessor jurídico classificou como possível a perda para esse processo.

- b) A movimentação das provisões passivas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é a seguinte:

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2016	22.909	776	23.685
Reclassificação (1)	19.877	-	19.877
Constituição	18.696	5.871	24.567
Reversão	-	(369)	(369)
Transferência para impostos a recolher	(6.777)	-	(6.777)
Pagamento PRT (2)	(17.784)	-	(17.784)
Pagamento PERT (3)	(33.690)	-	(33.690)
Atualização	166	-	166
Saldo em 31/12/2017	3.397	6.278	9.675

	Obrigações legais e contingências fiscais e previdenciárias	Contingências trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2017	3.397	6.278	9.675
Constituição (nota 24.b)	578	2.520	3.098
Reversão (nota 24.a)	-	(1.898)	(1.898)
Pagamentos processos trabalhistas (4)	-	(4.375)	(4.375)
Saldo em 31/12/2018	3.975	2.525	6.500

(1) Referia-se, principalmente, aos recursos recebidos, em janeiro de 2017, do Banif Banco Investimento (Brasil) S. A., advindo de acordo firmado com o objetivo de encerrar o processo de arbitragem. Neste acordo, a Corretora recebeu o montante de R\$ 17.784 e assumiu a responsabilidade pelas contingências que anteriormente estavam previstas no contrato de compra e venda celebrado com o Banif na data de 06 de junho de 2010 e cobertos por "escrow account".

(2) Em 2017, a Corretora aderiu ao Programa de Regularização Tributária-PRT para o processo de cobrança do PIS e COFINS sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas no montante de R\$ 17.784. Este programa previa parte da quitação da dívida (80% do valor total da dívida) com a utilização de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social. A Corretora fez a opção por esta forma de pagamento, registrando um crédito tributário de R\$14.227.

(3) Em 2017, a Corretora decidiu incluir no programa de parcelamento de tributos instituído pela Lei nº13.496/17, denominado Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, os débitos de IRPJ e CSLL sobre a desmutualização dos títulos patrimoniais das bolsas e de PIS e COFINS (Lei nº 9.718/98), o qual se discutia a legalidade, a incidência e a constitucionalidade do tributo dos anos-calendários de 2013 e de 2014. O impacto dos descontos nas multas e nos juros incidentes sobre os processos mostrou-se economicamente mais benéfico do que a manutenção de suas discussões, considerando a opção pelo pagamento à vista dos débitos atualizados.

(4) No exercício de 2018, a Corretora encerrou 6 processos trabalhistas através de acordo, no montante de R\$ 4.166.

- c) O detalhamento das obrigações legais e contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 é o seguinte:

		2018					
		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas		Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis		-	-	-	-	2.525
Possíveis		7.471	3.975	3.414	-	3.338	-
Remotas		3.397	-	3.377	-	6.737	-
Total		10.868	3.975	6.791	-	12.600	2.525
Quantidade		9		18		16	

		2017					
		Obrigações legais e Contingências fiscais		Contingências cíveis e sucumbências		Contingências Trabalhistas	
Perdas		Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado	Valor em risco	Valor provisionado
	Prováveis		-	-	-	-	6.278
Possíveis		6.131	3.397	752	-	5.034	-
Remotas		3.127	-	1.048	-	7.411	-
Total		9.258	3.397	1.800	-	18.723	6.278
Quantidade		10		2		27	

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Os encargos com imposto de renda e contribuição social estão assim demonstrados:

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Resultado antes da tributação sobre o lucro, líquido da participação no lucro.	9.938	24.461	184.237
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente.	(4.472)	(11.007)	(82.907)
Efeito das adições e (exclusões) na apuração do imposto:	276	(234)	24.213
Despesas com gratificações e benefícios	(182)	(215)	(149)
Juros sobre o capital próprio	2.857	2.857	-
Ajuste MTM	486	(134)	1.435
Provisões para contingência fiscal e trabalhista	1.382	2.325	6.732
Diferença Aliquota CSLL ^(*)	(4.129)	(4.433)	-
Ágio	(158)	(158)	21.157
Outros	20	(476)	(4.962)
Prej Fiscal e base Neg utilizada (30% do lucro)	(18)	326	14.618
Crédito Tributário Contabilizado	-	-	14.227
Resultado de imposto de renda e da contribuição social dos exercícios	(4.214)	(10.915)	(29.849)

(*) Conforme Lei 13.169/15, a alíquota da Contribuição Social, a partir de Janeiro de 2019, passará a ser de 15%. Até 31 de dezembro de 2018, a alíquota era de 20%.

b) Composição e movimentação do crédito tributário sobre diferenças temporárias

A Administração do Conglomerado mantém créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$51.377 (R\$62.500 em 2017), fundamentado em estudo técnico, o qual considera a previsão de base tributária positiva no futuro, conforme requerido pela Resolução CMN nº 3.535/08.

Dessa forma, os créditos tributários e as obrigações diferidas foram constituídos sobre as adições e exclusões temporárias às alíquotas vigentes e serão realizados quando da utilização, dedutibilidade e/ou reversão das respectivas provisões constituídas, conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
	Exercício	Exercício
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	28.295	25.944
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	823	4.602
Provisão para outros valores e bens imóveis	2.508	3.407
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	9.153	17.256
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	5.539	4.017
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	227	880
Provisão para contingências fiscais	1.590	1.359
Provisão para contingências trabalhistas	704	155
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	2.530	4.872
Outros	8	8
Total	51.377	62.500

c) Composição de obrigações diferidas

	2018	2017
	Exercício	Exercício
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(15.724)	(22.717)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(106)	(1.814)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos (a)	(4.998)	(4.998)
Total de obrigações diferidas	<u>(20.828)</u>	<u>(29.529)</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2018, a Corretora possui passivos diferidos de R\$4.998, incidentes sobre o valor recebido de R\$ 10.065, retido em uma conta escrow que será tributado à medida que os recursos forem disponibilizados para a Corretora.

d) Movimentação dos créditos tributários e obrigações diferidas

	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Constituição / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2018
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	25.944	2.351	28.295
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	4.602	(3.779)	823
Provisão para outros valores e bens imóveis	3.407	(899)	2.508
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	17.256	(8.103)	9.153
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	4.017	1.522	5.539
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	880	(653)	227
Provisão para contingências fiscais	1.359	231	1.590
Provisão para contingências trabalhistas	155	549	704
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	4.872	(2.342)	2.530
Outros	8	-	8
Total	<u>62.500</u>	<u>(11.123)</u>	<u>51.377</u>
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(22.717)	6.993	(15.724)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.814)	1.708	(106)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(4.998)	-	(4.998)
Saldo de obrigações diferidas	<u>(29.529)</u>	<u>8.701</u>	<u>(20.828)</u>

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Constituição / realização	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35.611	(9.667)	25.944
Provisão para risco de crédito de garantias e fianças prestadas	950	3.652	4.602
Provisão para outros valores e bens imóveis	-	3.407	3.407
Marcação a Mercado de Futuros (DDI/DI)	16.232	1.024	17.256
Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	640	3.377	4.017
Gratificações e benefícios a empregados e diretores	1.966	(1.086)	880
Provisão para contingências fiscais	1.116	243	1.359
Provisão para contingências trabalhistas	-	155	155
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	-	4.872	4.872
Outros	8	-	8
Total	56.523	5.977	62.500
Ajuste de marcação a mercado de Títulos e Valores Mobiliários, Instrumentos Financeiros e Empréstimos no Exterior	(14.650)	(8.067)	(22.717)
Ajuste de marcação a mercado de títulos disponíveis para venda	(1.010)	(804)	(1.814)
IRPJ, CSLL, PIS e COFINS diferidos	(4.998)	-	(4.998)
Saldo de obrigações diferidas	(20.658)	(8.871)	(29.529)

e) Expectativa de realização e valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas

Os créditos tributários e as obrigações diferidas serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais que os originaram forem compensados. Apresentamos abaixo a estimativa de realização desses créditos tributários e obrigações diferidas, de acordo com o estudo técnico formalizado pela Administração do Conglomerado:

	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	Total
Créditos tributários	(21.950)	(3.105)	(2.294)	(1.065)	(22.963)	(51.377)
Obrigações diferidas	(15.830)	-	-	-	(4.998)	(20.828)

Para cálculo do valor presente dos créditos tributários, foi utilizada como custo de captação a taxa SELIC atual, aplicada sobre o valor nominal. O valor presente dos créditos tributários e obrigações diferidas totalizavam R\$47.811 e R\$19.460 (R\$58.286 e R\$22.976 em 2017), respectivamente.

A Corretora possui créditos tributários não contabilizados. Os benefícios do imposto de renda e da contribuição social serão reconhecidos quando efetivamente realizados ou quando as perspectivas para sua recuperação se tornarem factíveis, de acordo com as regras estabelecidas na Resolução CMN nº 3.059/02.

	2018			2017		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda e Base Negativa da CSLL	9.693	7.754	17.447	9.874	7.899	17.773
Outras Provisões Temporárias	373	298	671	1.659	1.327	2.986
Total de Créditos Tributários Não Contabilizados	10.066	8.052	18.118	11.533	9.226	20.759

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social do Banco, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, totalmente subscrito e integralizado está representado por 1.073.170 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de domiciliados no exterior no montante de R\$400.000.

Na Corretora, 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 27.977.048 ações, sem valor nominal sendo 13.988.524 ordinárias e 13.988.524 ações preferenciais.

b) Dividendos

Conforme o estatuto social, aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório à razão de 5% do lucro líquido anual, nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro do exercício até o limite definido pela legislação societária.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

A Remuneração da Administração está em conformidade com as disposições da Resolução 3.921/10, Conselho Monetário Nacional.

No exercício findo em 31 de dezembro 2018, foi pago aos Administradores o montante de R\$3.147 (R\$3.842 em 2017), considerando salários e benefícios.

b) Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado incluem transações com a entidade controladora, a Caixa Geral de Depósitos S.A. - Lisboa, e as demais entidades do Grupo Caixa Geral de Depósitos, de capital exclusivamente público e controlado pelo Estado de Portugal.

As transações com partes relacionadas foram contratadas em condições compatíveis com as práticas de mercado vigentes nas datas das operações, considerando-se a ausência de risco e estão resumidas a seguir para 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Grau de relação	2018		2017	
		Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	2.903	-	771	-
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	54	-	24	-
Depósitos					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(87)	-	(7)	-
Caixa Banco de Investimento	Ligada	-	(280)	(7.051)	(212)
Obrigações por empréstimo no exterior					
Caixa Geral de Depósitos – New York (nota 14.e)	Ligada	-	(2.284)	(198.304)	(3.411)
Caixa Geral de Depósitos – Lisboa (nota 14.e)	Controladora	(484.394)	(7.245)	(71.849)	(2.387)
Banco Nacional Ultramarino (nota 14.e)	Ligada	-	-	-	(420)
Outras obrigações - Sociais e Estatutárias					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa	Controladora	(171)	-	(171)	-
Outras obrigações diversas					
Caixa Geral de Depósitos - Lisboa (nota 15.b)	Controladora	(2)	-	(2)	-
Receita prestação de serviços, comissão e estruturação de operações					
Banco Nacional Ultramarino	Ligada	-	7	16	54
Caixa Geral de Depósitos - Grand Cayman	Ligada	-	-	-	352
Caixa Geral de Depósitos - New York	Ligada	-	23	22	1.227
Caixa Geral de Depósitos - Espanha	Ligada	-	934	-	81

O Banco assinou, em 18 de dezembro de 2017, um contrato de linha de crédito de liquidez "standby" no montante máximo de €45.000 (quarenta e cinco milhões de euros) junto a Caixa Geral de Depósitos S.A. – Lisboa, com vigência de um ano, renovado em novembro de 2018, com vigência até 18 de dezembro de 2019.

20. LIMITES OPERACIONAIS - ÍNDICE DE BASILEIA E LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO

O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro e através da Resolução nº 4.193/13, instituiu apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA) que passou a ser de 8,625% em 01 de janeiro de 2018 (9,25% em 2017).

a) Índice da Basileia

	2018	2017
Risco de crédito – PEPR	59.306	92.341
Riscos de mercado- PCAM, PJURs e PACS	8.862	21.748
Risco Operacional - POPR	15.338	15.894
Patrimônio de referência exigido - PRE	77.864	129.983
Patrimônio de Referência - PR para limite de compatibilização com PRE	395.927	478.708
Índice da Basileia (*)	43,86%	34,07%

(*) O índice de Basileia é calculado para o Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, o qual é composto pelo Banco e sua controlada, a CGDI CVC.

b) Limites de imobilização

As instituições financeiras devem manter suas aplicações no ativo permanente em nível inferior a 50% de seu Patrimônio de Referência - PR, na forma da regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2018, este limite, controlado com base no Conglomerado Financeiro Caixa Geral de Depósitos, corresponde a 0,60% (0,67% em 2017).

21. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, estão assim representadas:

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Comissão de estruturação e assessoria em operações	757	12.781	348
Rendas garantias prestadas	3.490	7.185	8.604
Outras	23	49	359
Total	4.270	20.015	9.311

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão assim representadas:

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processamento de dados	4.401	8.419	8.192
Aluguel	1.565	3.193	3.574
Serviços técnicos especializados	943	3.189	3.492
Depreciação e amortização	359	783	1.151
Ágio aquisição participação acionária	351	351	-
Serviços do sistema financeiro	845	1.701	1.664
Viagens	203	297	344
Publicações	135	276	449
Seguros	224	423	485
Manutenção e conservação de bens	155	293	328
Comunicação	292	625	688
Vigilância e segurança	183	367	357
Serviço de terceiros	195	297	494
Transportes	35	74	4.043
Água, energia e gás	65	145	164
Comissões pagas	-	-	136
Outras	551	1.209	1.597
Total	10.502	21.642	27.158

23. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Em 31 de dezembro 2018 e de 2017 estão representadas por:

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Despesas de contribuição ao COFINS	1.883	3.877	10.967
Despesas de impostos sobre serviços prestados - ISS	63	699	1.414
Despesas de contribuição ao PIS	282	573	402
Adesão ao PERT	-	-	18.255
Despesas municipais	-	-	1.010
Outras	64	568	235
Total	<u>2.292</u>	<u>5.717</u>	<u>32.283</u>

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Recuperação créditos baixados c/prejuízo	2.288	2.288	-
Recuperação de encargos e despesas	56	72	64
Variação monetária ativa	101	243	246
Atualização de impostos	-	-	1.742
Rendas de títulos e créditos a receber	-	-	1.166
Reversão de provisões trabalhistas	892	1.898	369
Reversão de provisões operacionais	1.301	1.301	708
Descontos obtidos	-	-	118
Reversão da desvalorização de títulos livres-debêntures	-	67	778
Reversão de provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	8.508	8.508	-
Reversão provisão PLR	-	-	2.000
Outros	32	170	298
Total	<u>13.178</u>	<u>14.547</u>	<u>7.489</u>

b) Outras despesas operacionais

	2018		2017
	2º semestre	Exercício	Exercício
Processos fiscais e trabalhistas (nota explicativa nº 17.b)	(2.664)	(3.098)	(6.478)
Comissões sobre carta de fiança	-	-	(192)
Provisão para riscos de crédito de garantias e fianças prestadas	-	(339)	(8.212)
Atualização financeira	-	-	(2.648)
Multas e juros	-	(8)	-
Provisão para perdas outros valores e bens	-	-	(7.571)
Outras despesas	-	(36)	(3.036)
Total	(2.664)	(3.481)	(28.137)
Total outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	10.514	11.066	(20.648)

25. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Avais e fianças

Responsabilidade do Banco por avais, fianças e garantias concedidas a terceiros:

	2018	2017
Fianças e garantias prestadas - pessoas físicas e jurídicas (nota explicativa nº 15.b)	260.303	323.249

b) Benefícios a empregados

A partir do ano de 2010, o Banco passou a oferecer o benefício de um plano de previdência privada a seus funcionários, contribuindo mensalmente para entidade aberta de previdência privada, com um percentual sobre o salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua com o mesmo percentual. O objetivo é o de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, enquanto os mesmos forem funcionários, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de contribuição é de R\$127 (R\$304 em 2017) e foi registrado como despesa de pessoal.

c) Contratos de seguros

O Banco possui seguro de riscos nomeados com cobertura básica para incêndio, raio, explosão ou implosão - prédio, maquinismo, móveis e utensílios, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, interrupção de negócio em decorrência de cobertura básica, perda ou pagamento de aluguel, despesas com recomposição de registros e documentos e responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais. O valor máximo de cobertura é de R\$8.200 (R\$8.200 em 2017). E o período de cobertura se estende até julho de 2019. A Administração já renovou a apólice para o período de um ano.

d) Outras informações

Acordo de compensação e liquidação de obrigações - o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com os clientes com os quais possui essa modalidade de acordo.
